



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS

APELAÇÃO CÍVEL n.º 0002071-08.2013.815.0751

ORIGEM : 4ª Vara da Comarca de Bayeux
RELATOR : Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
APELANTE : Herdeiros de Agnor Batista de Oliveira
ADVOGADO : Valter de Melo
APELADO : OI TNL PCS S/A

PROCESSIONAL CIVIL — Apelação cível — Ação de indenização — Sentença — Extinção do processo sem resolução do mérito — Irresignação — Ausência de impugnação aos termos precisos da sentença — Ofensa ao princípio da dialeticidade — Precedentes do STJ e desta Corte — Art. 557, “caput”, do CPC — Seguimento negado.

— A ausência de ataque direto aos fundamentos do “decisum” recorrido, impossibilita a delimitação da atividade jurisdicional em segundo grau, e impõe o não conhecimento do recurso por não-observância ao princípio da dialeticidade previsto no artigo 514, inciso II, do Código de Processo Civil.

— Segundo o preceito normativo delineado pelo art. 557 do Código de Processo Civil, o relator, por meio de decisão monocrática, negará seguimento a recurso que estiver manifestamente prejudicado ou em consonância com a jurisprudência do Tribunal de segundo grau ou dos Tribunais Superiores.

Vistos etc.

Trata-se de apelação cível (fls. 31/33), interposta por **HERDEIROS DE AGENOR BATISTA DE OLIVEIRA**, objetivando reformar a sentença (fls. 29/30) proferida pelo MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Comarca de Bayeux, que, nos autos da ação de indenização, movida em face da **OI TNL PCS S/A**, indeferiu a inicial e, conseqüentemente, extinguiu o processo sem resolução do mérito.

Nas razões de sua irrisignação expôs o apelante que “ *o juiz monocrático veio a extinguir o processo, sob o argumento de que o autor não provou o vínculo com a ré, quando na verdade deveria ter firmado a citação do réu, ter determinado à exibição dos documentos requeridos pelo o autor, sob pena de confissão quanto a matéria fática para que através deste conjunto de elemento probatório, se tivesse nos autos elementos definitivos de convicção*”, (fl. 33).

Por fim, “*requer o provimento ao apelo revisional para que se declarasse a nulidade do processo em vias de consequência se determinando que este se baixe a origem para que seja reaberta a instrução processual, se observando a garantia constitucional da amplitude do direito de defesa do contraditório e do devido processo legal*”, (fl.33).

Instada a se manifestar a Douta Procuradoria de Justiça pugnou pelo prosseguimento do recurso apelatório sem manifestação de mérito, porquanto ausente interesse público que torne necessária a intervenção ministerial (fl.40).

É o relatório.

Decido.

“*Ab initio*”, antes de analisar o âmago do presente recurso, faz-se mister analisar, “*ex officio*”, o cabimento do presente recurso de apelação cível.

A Lei 9.756/98 introduziu no sistema processual civil brasileiro o dispositivo constante no artigo 557 que assim preceitua:

“*Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.*”

A citada norma consagra a hipótese da negativa de seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante do tribunal doméstico ou superior.

É o caso destes autos, pois, como a ação possui determinadas condições para ser validamente constituída, o recurso também tem seus requisitos de admissibilidade, os quais a doutrina divide em intrínsecos (cabimento, legitimidade, interesse ou inexistência de fato impeditivo ou extintivo do ônus de recorrer) e extrínsecos (tempestividade, regularidade formal e preparo).

A matéria pertinente ao juízo de admissibilidade é quase sempre de ordem pública e deve, quando for o caso, portanto, ser conhecida “*ex officio*”. A circunstância de não ocorrer uma das condições de admissibilidade é suficiente para o julgador “*ad quem*” não admitir o recurso, o que inviabiliza a continuidade do procedimento.

Procedendo à análise dos requisitos de admissibilidade recursal, especialmente no que diz respeito à sua regularidade formal, entendo que a presente irresignação não merece ser conhecida, por ofensa ao princípio da dialeticidade.

Como se sabe, em relação aos recursos, vige o **princípio da dialeticidade**, segundo o qual “*o recurso deverá ser dialético, isto é, discursivo. O recorrente deverá declinar o porquê do pedido de reexame da decisão*” assim como “*os fundamentos de fato e de direito que embasariam o inconformismo do recorrente, e, finalmente, o pedido de nova decisão*”¹

Com efeito, o referido princípio consiste no dever, imposto ao recorrente, de apresentar os fundamentos de fato e de direito que deram causa ao inconformismo com a decisão prolatada. A apresentação do recurso sem a devida fundamentação implica o não conhecimento da súplica.

Pois bem, joeirando os autos, verifica-se que a presente apelação civil prendeu-se a argumentos estranhos a decisão ora objurgada, eis que expõe que “*o juiz monocrático veio a extinguir o processo, sob o argumento de que o autor não provou o vínculo com a ré, quando na verdade deveria ter firmado a citação do réu, ter determinado a exibição dos documentos requeridos pelo o autor, sob pena de confissão*”

¹Nelson Nery Júnior, "Princípios Fundamentais – Teoria Geral dos Recursos", 5ª Ed., Revista dos Tribunais, 2000, p. 149.

quanto a matéria fática para que através deste conjunto de elemento probatório, se tivesse nos autos elementos definitivos de convicção” (fl.33).

E ao final, “requer o provimento ao apelo revisional para que se declarasse a nulidade do processo em vias de consequência se determinando que este se baixe a origem para que seja reaberta a instrução processual, se observando a garantia constitucional da amplitude do direito de defesa do contraditório e do devido processo legal”, (fl.33).

No entanto, a sentença vergastada indeferiu a inicial e extinguiu o processo sem julgamento do mérito, não porque o autor não provou o vínculo com a empresa demandada, mas porque sendo intimado para emendar inicial (fl.25), indicando o endereço completo dos herdeiros, bem como, apresentar procurações, não o fez.

Assim, não havendo a necessária impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida, resta caracterizada ofensa ao princípio da dialeticidade.

Nesse sentido, decidiu o STJ:

“TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. ANALOGIA. I - Em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser fundamentados. É necessária a impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida. Na hipótese, as alegações veiculadas pela agravante estão dissociadas das razões de decidir, atraindo a aplicação, por analogia, da Súmula nº 182 do STJ. II - Agravo regimental não conhecido. ²Grifei).

Bem como:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. RELATOR. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. ART. 557 DO CPC. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 182/STJ.

O julgamento pelo relator está autorizado no art. 557 do CPC. A defesa das partes, contra o julgado monocrático, faz-se via agravo regimental.

² STJ - AgRg nos EDcl no REsp 749048 / PR ; 2005/0077447-5 - Rel. MIN. Francisco Falcão - T1 - Data do Julgamento 27/09/2005 - Data da Publicação/Fonte DJ 21.11.2005 p. 157.

Pelo Princípio da Dialeticidade é necessário que os recursos ataquem os fundamentos das decisões contra as quais foram interpostos. Aplicação da Súmula 182/STJ.

*Agravo Regimental a que nega provimento*³. (Grifei).

Ainda:

“PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE - NÃO CONHECIMENTO - ART. 514, II, DO CPC - VIOLAÇÃO - INOCORRÊNCIA - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1. Não se conhece da apelação, por ausência de requisito de admissibilidade, se deixa o apelante de atacar especificamente os fundamentos da sentença em suas razões recursais, conforme disciplina o art. 514, II, do CPC, caracterizando a deficiente fundamentação do recurso. 2. Precedentes do STJ. 3. Recurso especial a que se nega provimento⁴. (Grifei).

Esta Colenda Corte, em casos análogos, ratifica o posicionamento esposado. Confira-se:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO GUARDAM RELAÇÃO COM A DECISÃO ATACADA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. VIOLAÇÃO. SEGUIMENTO NEGADO. - Em respeito ao princípio da dialeticidade, as razões recursais devem guardar correlação com a decisão recorrida, sob pena de não conhecimento do recurso por ser este manifestamente inadmissível⁵. (Grifei).

E:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INTELIGÊNCIA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. SEGUIMENTO NEGADO. Na decisão vergastada, o magistrado a quo indeferiu o pedido de que a perícia fosse realizada independentemente de recolhimento prévio dos honorários. O presente agravo, por sua vez, defendeu somente a extinção do processo, sem julgamento do mérito, haja vista a ocorrência tanto da

³ ST - AgRg no REsp 584.203/RJ, Rel. Ministro Paulo Medina, SEXTA TURMA, julgado em 15.04.2004, DJ 10.05.2004 p. 360.

⁴ STJ, REsp 620558 / MG, Rel.: Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, j.: 24/05/2005, DJ 20.06.2005 p. 212.

⁵TJPB - Acórdão do processo nº 20020110513286001 - Órgão (TRIBUNAL PLENO) – Relator DESEMBARGADORA MARIA DAS NEVES DO EGITO DE A. D. FERREIRA - j. em 19/12/2012

ilegitimidade passiva da agravante, como da ilegitimidade ativa de alguns autores, por falta de vínculo com o SFH. **Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar o desacerto da decisão agravada, sob pena de não conhecimento.** O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com Súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de tribunal superior (CPC, art. 557, caput) [...] destarte, sem maiores delongas, nego seguimento ao recurso, ante a sua manifesta inadmissibilidade⁶.(Grifei).

Também:

PROCESSO CIVIL AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE, FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA CONTRATAÇÃO E NOMEAÇÃO IRREGULAR DE SERVIDORES ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA IRRESIGNAÇÃO **AGRAVO QUE NÃO IMPUGNOU ESPECIFICAMENTE AS RAZÕES DA DECISÃO OBJURGADA** MERA REPETIÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DEFESA INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE INADMISSIBILIDADE RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL MANUTENÇÃO DA SENTENÇA SEGUIMENTO NEGADO MONOCRATICAMENTE. **Não tendo o agravo impugnado especificamente as razões da decisão que antecipou os efeitos da tutela da ação civil pública, fere ele o princípio da dialeticidade em sede recursal. Deste modo, sendo o recurso manifestamente inadmissível, sua negativa de seguimento é medida que se impõe, nos termos do art. 557, caput, do CPC⁷(Grifei).**

Deste modo, a ausência de ataque direto aos fundamentos da decisão recorrida impossibilita a delimitação da atividade jurisdicional em segundo grau, e impõe o não conhecimento do recurso por não observância ao princípio da dialeticidade previsto no artigo 514, inciso II, do Código de Processo Civil⁸.

⁶TJPB; AI 200.2009.039241-2/002; Rel. Juiz Conv. Ricardo Vital de Almeida; DJPB 03/09/2013; Pág. 10

⁷TJPB - Acórdão do processo nº 07620100006808001 - Órgão (TERCEIRA CÂMARA CIVIL) - Relator DES. GENÉSIO GOMES PEREIRA FILHO - j. em 13/04/2012

⁸ Art. 514. A apelação, interposta por petição dirigida ao juiz, conterá:

I - os nomes e a qualificação das partes;

II - os fundamentos de fato e de direito;

III - o pedido de nova decisão.

Isto posto, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso, nos termos do art. 557, “*caput*”, do Código de Processo Civil⁹, mantendo, “*in totum o decisum a quo*”.

Publique-se e intímem-se.

João Pessoa, 15 de janeiro de 2015.

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Relator

⁹Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.